Cédula de Crédito Bancário N° XXXX

CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO N° XXXX

Lei nº 10.931 de 02/08/2004

1 - CREDOR

A **Z-ON SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.,** instituição financeira de direito privado, com sede no município de Curitiba no Estado do Paraná, à Avenida Winston Churchill, n° 2.170, Capão Raso, CEP: 81.150-050 e inscrita no CNPJ sob o n° 52.586.293/0001-34

2 - EMITENTE - PESSOA FÍSICA

Nome:			CPF:	
Data Nascimento:		Estado Civil:		Endereço:
Cidade:	Bairro:			UF:

3 - CARACTERÍSTICAS DO CRÉDITO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

3.1 - Data do empréstimo/ financiamento:
3.2 - Modalidade do crédito:
3.3 - Praça de pagamento:
3.4 - Valor do crédito:
3.5 - Valor do IOF: R\$
3.6 - Valor da TC: R\$

Cédula de Crédito Bancário N° XXXX

- 3.7 Valor total do empréstimo/financiamento: R\$
- 3.8 Valor líquido creditado: R\$
- 3.9 Quantidade de parcelas:
- 3.10 Valor das parcelas: R\$
- 3.11 Vencimento da primeira parcela:
- 3.12 Vencimento da última parcela:
- 3.13 Taxa prefixada de juros a.m. (%):
- 3.14 Taxa prefixada de juros a.a. (%):
- 3.15 Taxa prefixada de juros a.m. CET (%):
- 3.16 Taxa prefixada de juros a.a. CET (%):
- 3.17 Forma de pagamento das parcelas: (i) Boleto Bancário; (ii) Transferência Instantânea (Pix); (iii) Transferência entre Contas; (iv) Débito Automático em conta corrente; ou (v) Débito Automático na fatura de Concessionárias de Energia.

As disposições acima, deste item 4, poderão sofrer alterações em função da condição prevista na Cláusula DÉCIMA-SEXTA da presente CÉDULA. Neste caso, as informações serão alteradas considerando a data deliberação do Valor líquido creditado ao EMITENTE.

4 - DADOS BANCÁRIOS PARA CRÉDITO

Cédula de Crédito Bancário N° XXXX

N° do banco:	N° da agência:	N° da conta:		Tipo de conta:
Favorecido:			CPF:	

5 - FLUXO DE PAGAMENTO DAS PARCELAS

N° Parcela Vencimento Valor

As disposições acima, deste item 5, poderão sofrer alterações em função da condição prevista na Cláusula DÉCIMA-SÉTIMA da presente CÉDULA. Neste caso, as informações serão alteradas considerando a data de liberação do Valor líquido creditado, indicado no item 3.8, ao EMITENTE.

Todo vencimento de prestação de amortização do principal e/ou encargos que ocorra em sábados, domingos ou feriados nacionais, inclusive os bancários, será, para todos os efeitos, deslocado para o primeiro dia útil subsequente, sendo os encargos calculados até essa data, e se iniciando, também a partir desta data, o período seguinte regular de apuração e cálculo dos encargos da operação.

6 - PROMESSA DE PAGAMENTO

Na forma das cláusulas a seguir, por esta **CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO**, doravante **CÉDULA**, emitida em conformidade com a Lei nº 10.931, de 02/08/2004, pagarei ao **CREDOR** ou à sua ordem, nas datas designadas no item 5, a quantia constante no subitem 3.7, acrescida dos encargos estipulados no subitem 3.15, em dinheiro, quantia esta certa, líquida e exigível, decorrente de operação de crédito. O valor do crédito (subitem 3.4 do preâmbulo) representado por esta **CÉDULA** será liberado pelo **CREDOR**, deduzidos dos custos dos subitens 3.5 e 3.6, quando for o caso, assim como possíveis saldos devedores

Cédula de Crédito Bancário N° XXXX

em nome do **EMITENTE**, conforme valor definido no subitem 3.8 em conta de pagamento

do **EMITENTE.**

Eu, **EMITENTE**, prometo pagar por esta **CÉDULA**, emitida de forma eletrônica, ao **CREDOR**,

ou à sua ordem, na praça e nas datas indicadas anteriormente no preâmbulo "Fluxo de

Pagamento das Parcelas", em moeda corrente nacional, a quantia líquida, certa e exigível

de principal, acrescida dos encargos previstos nesta CÉDULA, observado o disposto nas

demais cláusulas a seguir descritas. O referido valor corresponde ao

empréstimo/financiamento que me foi concedido pelo CREDOR mediante minha

solicitação, cujos termos, valor, encargos, acessórios e condições a seguir enunciadas

foram aceitas com estrita boa-fé e de livre e espontânea vontade.

PRIMEIRA - O EMITENTE autoriza o CREDOR a realizar junto ao Agente Operador do FGTS

o bloqueio dos valores das parcelas diretamente na conta FGTS, ficando estes valores

indisponíveis para outras movimentações durante a vigência deste contrato.

SEGUNDA – Em caso de alteração pelo Poder Executivo Federal das condições aplicáveis

ao saque-aniversário, fica autorizado o ajuste automático dos valores ou do prazo

contratual para manutenção do valor total cedido ao CREDOR, conforme Resolução

CCFGTS n° 958/2020.

TERCEIRA – Caso haja insuficiência ou impossibilidade de desconto diretamente do FGTS,

o **EMITENTE** deverá realizar o pagamento diretamente ao CREDOR ou solicitar

reprogramação das parcelas.

QUARTA - O EMITENTE poderá amortizar ou liquidar antecipadamente esta dívida, com

abatimento proporcional dos juros pactuados.

QUINTA - Em obediência aos termos do Art. 52, § 2°, da Lei 8.078/1990, da Resolução 3.516

de 06/12/2007 e da Resolução 5.004 de 24/03/2022 do Conselho Monetário Nacional

Cédula de Crédito Bancário N° XXXX

("CMN"), fica assegurado ao **EMITENTE** a amortização ou a liquidação deste

empréstimo/financiamento com a utilização da taxa de juros pactuada nesta CÉDULA.

SEXTA- Conforme disposto no art. 49 do Código de Defesa do Consumidor, caso esta

contratação tenha ocorrido por meio eletrônico ou à distância, o EMITENTE terá o prazo de

7 (sete) dias a contar da assinatura para exercer seu direito de arrependimento, devendo

comunicar tal decisão ao CREDOR por meio de canais disponibilizados expressamente por

este

SÉTIMA - O CREDOR poderá considerar a dívida e os acessórios objetos desta CÉDULA

vencidos por antecipação, independentemente de aviso, interpelação ou notificação

judicial ou extrajudicial, tornando-se imediatamente exigíveis, nas hipóteses previstas nos

art. 333 e 1.425 do Código Civil, ou em quaisquer dos seguintes casos, se:

a) Contra o **EMITENTE** e/ou seu(s) **AVALISTA(S)** for movida qualquer ação ou execução que

afete as garantias previstas neste título;

b) O **EMITENTE** transferir a terceiros, por qualquer forma, os direitos e obrigações que

adquiriu e assumiu neste título, sem consentimento, por escrito, do CREDOR;

c) Não forem verdadeiras as informações prestadas para obtenção do

empréstimo/financiamento junto ao CREDOR;

d) O nome do **EMITENTE** constar no cadastro de emitentes de cheques sem fundos

instituído pelo Banco Central do Brasil;

e) O EMITENTE, notificado(s) por escrito para que substitua(m) ou reforce(m) a(s)

garantia(s), deixar(em) de atender à notificação no prazo de 72 horas;

f) O **EMITENTE** deixar de cumprir quaisquer das obrigações de pagamento ou acessórias

desta CÉDULA, no tempo e modo convencionados neste título;

Cédula de Crédito Bancário N° XXXX

g) O EMITENTE tiver título levado a protesto e/ou nome inserido em qualquer órgão de

proteção ao crédito, como SPC ou SERASA, em valor igual ou superior a 30% do Valor de

Principal e/ou R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), o que for menor, sem a devida regularização no

prazo de 25 (vinte e cinco) dias da data do referido apontamento e/ou inserção, conforme

aplicável;

h) For interposta, por terceiro, execução judicial em valor superior a 30% do Valor de

Principal e/ou R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), o que for menor, sem a devida quitação do

valor executado no prazo de 15 (quinze) dias a contar da data de citação; e

i) No caso de apuração de falsidade, fraude ou inexatidão de qualquer declaração,

informação ou documento que houverem sido prestados, firmados ou entregues ao

CREDOR.

OITAVA - Ocorrendo impontualidade no cumprimento das obrigações pecuniárias

decorrentes desta CÉDULA, sobre as quantias devidas incidirão, desde a data do

inadimplemento até a data do efetivo pagamento, as condições abaixo definidas e demais

observações:

a) Juros remuneratórios de atualização por dia de atraso, calculados com a taxa de juros

vigente na data de pagamento, praticada pelo CREDOR em suas operações de crédito. Se

porventura o CREDOR optar por cobrar juros remuneratórios abaixo das taxas praticadas

em suas operações de crédito, o fará por mera liberalidade, não gerando ao EMITENTE

qualquer direito excepcional decorrente do exercício de tal faculdade;

b) Juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês ou fração;

c) Multa de 2% (dois por cento) sobre o(s) valor(es) atualizado(s);

d) A quitação de parcela(s) posterior(es) não implica quitação de parcela(s) anterior(es); e

Cédula de Crédito Bancário N° XXXX

e) Na hipótese de regularização da(s) parcela(s) que originou(aram) a inclusão nos órgãos

de proteção ao crédito, o **EMITENTE** , se for de seu interesse e mediante respectivo recibo

de quitação e/ou carta de anuência, ficará incumbido de providenciar a exclusão do

registro, caso o mesmo tenha sido lançado pelo CREDOR, e o comando de baixa sistêmica

não seja possível pelo(s) órgão(s) para o mesmo dia, ciente de que um novo atraso de

parcela acarretará nova inclusão.

Parágrafo Único - Caso o CREDOR venha a recorrer a procedimento judicial ou

extrajudicial, para a cobrança de seu crédito, o EMITENTE se obriga a pagar todas as

despesas pertinentes, mais honorários advocatícios no percentual de 20% do valor total da

dívida, caso haja o ajuizamento de qualquer medida judicial; ou 10%, caso a cobrança seja

extrajudicial, tudo nos termos do art. 28, § 1°, inciso IV, da Lei 10.931/2004.

NOVA- Todas as despesas decorrentes deste título, inclusive impostos, registros, arquivos e

formalização, bem como as tarifas de ressarcimento decorrentes da emissão de boleto

bancário para liquidação desta cédula, serão pagas pelo EMITENTE.

DÉCIMA - O **EMITENTE** autoriza o **CREDOR** a consultar e incluir as informações

pertinentes a esta **CÉDULA** nos sistemas de informações de crédito e cadastro do Banco

Central do Brasil, assim como em cadastros negativos e positivos dos demais órgãos de

proteção ao crédito. O CREDOR poderá encaminhar eventual processo de inadimplência

às empresas de cobrança e/ou advogados estranhos ao seu quadro funcional para efeito

de cobrança judicial ou extrajudicial, podendo, ainda, repassar àqueles os honorários

advocatícios devidos pelo EMITENTE.

DÉCIMA-PRIMEIRA - A presente **CÉDULA** é emitida de forma eletrônica em vias de

conteúdo idêntico para as Partes envolvidas, diferenciadas apenas pela expressão

"NEGOCIÁVEL" e "NÃO NEGOCIÁVEL", para CREDOR e EMITENTE, respectivamente.

DÉCIMA-SEGUNDA - O **CREDOR** poderá endossar, no todo ou em parte, os direitos,

Z-ON SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.

CNPJ: 52.586.293/0001-34

Capão Raso, Curitiba/PR CEP: 81.150-050

Cédula de Crédito Bancário N° XXXX

obrigações e garantias da presente **CÉDULA** (via "**NEGOCIÁVEL**"), podendo, para tanto,

entregar ao endossatário toda a documentação relativa ao crédito. Após o endosso pelo

CREDOR desta CÉDULA, o EMITENTE e o novo endossatário, desde já, exoneram o

endossante de toda e qualquer responsabilidade em relação:

(i) à veracidade e exatidão das informações e documentação fornecidas pelo **EMITENTE** e

demais partes signatárias;

(ii) ao acompanhamento do cumprimento das obrigações assumidas nesta CÉDULA;

(iii) exoneram-se de incluir o endossante no polo passivo de qualquer tipo de demanda

judicial, extrajudicial ou administrativa; e

(iv) dirimir qualquer dúvida com o endossatário.

O EMITENTE nomeia o ASSINADOR DIGITAL, descrito no item 6, como procurador com

poderes específicos para, em seu nome e por sua conta e ordem, tomar ciência e aceitar

os termos do endosso desta CÉDULA, utilizando-se da infraestrutura da Chave Pública

Brasileira – ICP – Brasil, senha eletrônica, código de autenticação emitido por dispositivo

pessoal ou biometria, nos termos da Circular 4.036/2020, do Banco Central do Brasil.

DÉCIMA-TERCEIRA - O **EMITENTE** declara expressamente que ficou ciente, nesta data,

dos fluxos considerados no cálculo do CET - Custo Efetivo Total e de que a taxa

percentual indicada no item 3.15 do preâmbulo representa as condições vigentes na data

do cálculo.

DÉCIMA-QUARTA - Eu, **EMITENTE**, autorizo o **CREDOR**, em caráter irrevogável e

irretratável e na forma da regulamentação aplicável, a (i) transmitir e consultar

informações sobre mim e/ou relativas a esta operação à Central de Risco de Crédito

mantida pelo Banco Central do Brasil, utilizando tais informações, inclusive, para análise de

minha capacidade de crédito, bem como fornecer tais informações a terceiros que sejam

Z-ON SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.

CNPJ: 52.586.293/0001-34

Rua Avenida Winston Churchill nº 2.170, 2º Andar

Capão Raso, Curitiba/PR CEP: 81.150-050

Cédula de Crédito Bancário N° XXXX

contratados para prestar serviços de controle e cobrança, por quaisquer meios, das

obrigações por mim assumidas nesta **CÉDULA**, (ii) levar a registro esta **CÉDULA** em

quaisquer órgãos públicos, cartórios e instituições de custódia e liquidação financeira de

títulos; e (iii) em caso de inadimplemento, inserir meu nome em bancos públicos ou

privados de restrição cadastral.

DÉCIMA-QUINTA - Observado o condicionamento da eficácia da presente **CÉDULA**,

conforme parágrafo primeiro abaixo, esta CÉDULA, inclusive no que diz respeito à

cobrança de juros, encargos e tributos a ela aplicáveis, é válida a partir da data de sua

emissão e vigorará até o pagamento integral do seu saldo devedor, nos termos ora

estabelecidos por este instrumento.

§ Primeiro - Constitui condição suspensiva para a eficácia desta **CÉDULA**, nos termos do

artigo 125 do Código Civil, a disponibilização pelo **CREDOR** ao **EMITENTE** do Valor Líquido

Creditado, indicado no item 3.8 acima ("Condição Suspensiva"), observado que eventual

valor retido pelo CREDOR, por conta e ordem e a pedido do EMITENTE, não deve

descaracterizar o Valor do Crédito para os fins da Condição Suspensiva.

§ Segundo - Na hipótese de a Condição Suspensiva não ocorrer em até 10 (dez) dias após a

emissão desta **CÉDULA**, a presente **CÉDULA** não será revestida de eficácia e se extinguirá

de pleno direito, sem qualquer ônus ou penalidade para qualquer das partes.

DÉCIMA-SEXTA- A presente **CÉDULA** é emitida em caráter irrevogável e irretratável, e

obriga todos os seus signatários e seus eventuais sucessores a qualquer título.

DÉCIMA-SÉTIMA - Caso alguma disposição desta **CÉDULA** venha a ser considerada ilegal,

inexequível ou nula, as demais disposições permanecerão válidas. Nesta hipótese, os

signatários e o CREDOR, de comum acordo, deverão alterar esta CÉDULA, modificando a

referida disposição na medida necessária para torná-la legal e exequível, ao mesmo tempo

preservando seu objetivo, ou, se isso não for possível, substituindo-a por outra disposição

Z-ON SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.

CNPJ: 52.586.293/0001-34 Rua Avenida Winston Churchill nº 2.170, 2º Andar

Capão Raso, Curitiba/PR CEP: 81.150-050

Cédula de Crédito Bancário N° XXXX

que seja legal e exequível e que atinja o mesmo objetivo.

DÉCIMA-OITAVA- O **EMITENTE** declara e reconhece que o desembolso do Valor Líquido

Creditado, indicado no item 3.8 acima, ocorrerá em até 10 (dez) dias a contar da data de

assinatura da presente CÉDULA.

DÉCIMA NOVA – TERMO DE CONSENTIMENTO PARA TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS

no âmbito da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD): O EMITENTE, na condição de titular

de seus próprios dados pessoais, em consonância ao disposto na Lei 13.709, de 14/08/2018,

notadamente seus artigos 7° e 11, e em razão do vínculo ora estabelecido com o CREDOR,

AUTORIZA o tratamento dos seus dados pessoais, incluindo sensíveis, observados as

disposições legais e as condições estabelecidas nesta Cláusula e no Aviso de Privacidade

do Z-ON, publicado no https://www.zonsuperapp.com.br/.

A autorização ora concedida visa a permitir que o **CREDOR**: (i) identifique e realize contato

com o respectivo titular em razão deste instrumento ou de medidas e providências a ele

relacionadas ou não; (ii) cumpra obrigações decorrentes da legislação, bem como aquelas

impostas por órgãos de fiscalização ou os fornecedores dos recursos utilizados na presente

operação; (iii) exerça e assegura o regular exercício de direitos em processo judicial,

administrativo ou arbitral; (iv) utilize os dados para o atendimento dos interesses legítimos

da CREDORA ou de terceiros, exceto no caso de prevalecerem direitos e liberdades

individuais do titular que exijam a proteção dos dados pessoais.

O **EMITENTE** reconhece e aceita que o **CREDOR** fica autorizado, na forma desta Cláusula, a

compartilhar os dados pessoais do titular com outros agentes de tratamento de dados

relacionados à operação ora contratada, sempre que necessário para finalidades listadas

no Aviso de Privacidade do Z-ON, desde que sejam respeitados os princípios da boa-fé,

finalidade, adequação, necessidade, livre acesso, qualidade dos dados, transparência,

segurança, prevenção, não discriminação, responsabilização e prestação de contas.

Cédula de Crédito Bancário N° XXXX

É permitido ao **CREDOR** manter e utilizar os dados pessoais do respectivo titular durante a

vigência deste instrumento, para as finalidades relacionadas nesta cláusula e, após o

termino da vigência, para cumprimento de obrigação legal ou imposta por órgão de

fiscalização, nos termos do art. 16 da Lei 13.709/2018.

O titular poderá revogar esse consentimento a qualquer tempo, por correio eletrônico

(e-mail ou outro meio disponibilizado pelo CREDOR, conforme previsto no artigo 8°, §5°,

da Lei 13.709/18, estando ciente que o CREDOR mesmo depois da revogação do

consentimento, poderá permanecer utilizando os dados para as seguintes finalidades: (i)

cumprimento de obrigações impostas por órgãos de fiscalização; (ii) exercício regular de

direitos em processo judicial, administrativo ou arbitral; (iii) atendimento de interesses

legítimos ou de terceiros envolvidos na operação ora formalizada, exceto no caso de

prevalecerem direitos e liberdades fundamentais do titular que exijam a proteção dos

dados pessoais.

O titular dos dados pessoais declara estar ciente que o CREDOR deverá permanecer com

os seus dados pelo período mínimo de guarda de documentos, mesmo após o

encerramento do vínculo contratual.

Em caso de uso para finalidade que esteja em desacordo com o consentimento, o

CREDOR comunicará ao respectivo titular, que poderá revogar o consentimento,

conforme previsto neste instrumento.

DECLARAÇÕES DO EMITENTE - O EMITENTE neste ato declara que: (i) é admitida como

válida e verdadeira a assinatura desta CÉDULA por meio de assinatura digital; e (ii) é

admitida como válida e original a via desta **CÉDULA** emitida por meio de comprovação da

autoria e integridade de documentos em forma eletrônica. O EMITENTE nomeia o

ASSINADOR DIGITAL, descrito no item 6, como procurador com poderes especiais para,

em seu nome e por sua conta, assinar digitalmente esta CÉDULA através da infraestrutura

Cédula de Crédito Bancário N° XXXX

da Chave Pública Brasileira – ICP – Brasil, senha eletrônica, código de autenticação emitido

por dispositivo pessoal e biometria, nos termos da Circular 4.036/2020, do Banco Central

do Brasil.

Qualquer tolerância do CREDOR em relação às obrigações assumidas nesta CÉDULA será

considerada mera liberalidade, não gerando direitos ao EMITENTE nem podendo ser

interpretada como renúncia, novação ou aditamento, podendo o cumprimento das

obrigações ser exigido a qualquer tempo.

Fica eleito o Foro da comarca de Curitiba-PR, para dirimir todas as dúvidas ou

controvérsias oriundas deste instrumento, com renúncia de qualquer outro. Estando assim

convencionadas e pactuadas, firmam as Partes o presente instrumento, sendo esta

CÉDULA emitida em vias de igual teor e forma, conforme cláusula **NONA**, na presença dos

avalistas abaixo.

O EMITENTE declara, ainda, ter lido previamente a presente CÉDULA e não ter dúvidas

sobre qualquer de suas condições. O EMITENTE declara também que está na posse de

uma via eletrônica não negociável desta **CÉDULA**, e emitiu a via negociável eletrônica ao

CREDOR, assim como têm ciência nos termos da Lei nº 10.931/2004, especialmente seus

artigos 26 e 28.

O EMITENTE declara, ainda, expressamente que recebeu previamente do CREDOR o

demonstrativo detalhado do Custo Efetivo Total (CET), compreendeu todos os

componentes financeiros deste contrato e está ciente das condições contratuais antes de

sua assinatura

Esta **CÉDULA** é um título de crédito emitido unilateralmente e, consequentemente, não

há necessidade de assinatura do CREDOR e de testemunhas, sendo considerado título

executivo extrajudicial nos termos da mencionada lei, sendo comprovada sua aceitação

mediante assinatura desta **CÉDULA**.

Cédula de Crédito Bancário N° XXXX

Data de validade deste documento: a partir da data de liberação do Valor líquido creditado, indicado no item 3.8, ao **EMITENTE**.

Emitente:
DECLARAÇÃO
Li previamente esta Cédula e não tenho dúvidas sobre quaisquer de suas cláusulas.
Assinado digitalmente por:
Autor(a):
CPF:
E-mail:
Data:
IP:
User Agent: